A partir desta segunda-feira (1º), o <u>salário mínimo</u> oficial será de R\$ 1.412. O valor, que será pago a partir de fevereiro referente à folha de janeiro, é 6,97% maior que o salário de R\$ 1.320, que vigorou de maio a dezembro de 2023.

Aprovado no Orçamento Geral da União de 2024, o valor de R\$ 1.412 corresponde à inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado nos 12 meses terminados em novembro, que totalizou 3,85%, mais o crescimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022. Enviada pelo governo em maio, a medida provisória com a nova política de valorização do salário mínimo foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado em agosto.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o reajuste do salário mínimo beneficiará 59,3 milhões de trabalhadores e resultará em um <u>incremento da renda anual no montante de R\$ 69,9 bilhões</u>. A entidade estima que o governo – União, estados e municípios – arrecadará R\$ 37,7 bilhões a mais por causa do aumento do consumo atrelado ao salário mínimo maior.

A partir desta segunda-feira (1º), o <u>salário mínimo</u> oficial será de R\$ 1.412. O valor, que será pago a partir de fevereiro referente à folha de janeiro, é 6,97% maior que o salário de R\$ 1.320, que vigorou de maio a dezembro de 2023.

Aprovado no Orçamento Geral da União de 2024, o valor de R\$ 1.412 corresponde à inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado nos 12 meses terminados em novembro, que totalizou 3,85%, mais o crescimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022. Enviada pelo governo em maio, a medida provisória com a nova política de valorização do salário mínimo foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado em agosto.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o reajuste do salário mínimo beneficiará 59,3 milhões de trabalhadores e resultará em um <u>incremento da renda anual no montante de R\$ 69,9 bilhões</u>. A entidade estima que o governo – União, estados e municípios – arrecadará R\$ 37,7 bilhões a mais por causa do aumento do consumo atrelado ao salário mínimo maior.

Orçamento

O projeto de lei do Orçamento de 2024 estimava salário mínimo de R\$ 1.421. No entanto, com a queda do INPC ao longo do segundo semestre, o valor final ficou em R\$ 1.412, conforme a lei orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional em 22 de dezembro.

Por causa dos benefícios da Previdência Social atrelados ao salário mínimo, o novo valor, de R\$ 1.412, aumentará os gastos da União em R\$ 35 bilhões neste ano. Segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cada R\$ 1 a mais no salário mínimo eleva as despesas do governo em R\$ 389 milhões. Os cálculos, no entanto, não consideram os ganhos de arrecadação decorrentes do aumento do consumo.

Na quarta-feira (27), o Governo Federal oficializou o valor de R\$ 1.412 como o salário mínimo a ser vigente em 2024. O reajuste corresponde a um acréscimo de 6,97% em comparação ao atual, que é de R\$ 1.320.

A proposta de ajuste foi apresentada pelo governo federal e aprovada pelo Congresso Nacional. A divulgação desse reajuste ocorreu por meio de uma edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

O valor do salário mínimo é reajustado anualmente, com base na inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O novo <u>salário mínimo</u> começa a valer a partir do dia 1° janeiro de 2024. O primeiro pagamento com o novo valor será realizado em fevereiro de 2024.

O montante atualizado é resultado da implementação da nova regra para a correção do <u>salário mínimo</u>. Essa diretriz leva em conta a projeção de inflação indicada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) até novembro de 2023, que é de 3,85%, junto ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) referente a dois anos antes, isto é, 2022, com uma taxa de 2,9%.